
Sujeitos e comunidades vulneráveis ao desmatamento em webreportagem do portal G1 Roraima¹

Willians Severino DIAS²

Simão Farias ALMEIDA³

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

RESUMO

Os efeitos do desmatamento afetam seres humanos, não humanos e ecossistemas, no entanto, a cobertura jornalística deixa de tratar dos impactos e das vulnerabilidades sociais e biológicas muitas vezes. Partindo do método de pragmática do discurso jornalístico de Adriano Duarte Rodrigues (2001) e das discussões a respeito do jornalismo de mudanças climáticas por parte de Simão Farias Almeida (2018; 2017), analisaremos como espécies e sujeitos vulneráveis ao desmatamento são apresentados em webreportagem do portal **G1 Roraima**. Atestaremos que as comunidades indígenas e ribeirinhas, a fauna e a flora não são, respectivamente, consideradas como fontes de informação e representadas na matéria, apesar de serem vítimas permanentes da degradação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: desmatamento; sujeitos vulneráveis; G1; webreportagem; Roraima.

INTRODUÇÃO

A retirada de uma cobertura vegetal, total ou parcial, pode ser vista pela maior parte da população como necessária à sobrevivência, ao passo que para uma outra parcela social, trata-se de um dos maiores problemas ambientais de nosso tempo, pois os impactos nos ecossistemas e nos seres humanos são imensuráveis. Diante disso, não podemos nos furtar de lançarmos a atenção em direção à maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. Dentre os fatores que mais afetam o ecossistema amazônico, podemos citar o desmatamento, o aquecimento global, as queimadas e os eventos extremos (SALAZAR in BUENAFUENTE et al, 2010, p. 17). Eles atingem diretamente a biodiversidade endêmica da região e seus moradores, principalmente aqueles próximos dos locais alvos do desmatamento. Segundo dados divulgados pelo Instituto

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduando do Curso de Jornalismo da UFRR, e-mail: willians350@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFRR, e-mail: simon-jp@hotmail.com

Nacional de pesquisas Espaciais (Inpe), a estimativa é de que mais 9 mil quilômetros quadrados foram desmatados, na Amazônia, entre agosto de 2019 e julho de 2020, representando uma alta de 34% em relação ao período de agosto de 2018 a julho de 2019 (AMBIENTAL MEDIA, 2020). Cavalcanti (2009, p.198) expõe que esse tipo de degradação é decorrente da expansão da fronteira agropastoril, da invasão das terras indígenas, das intervenções do Estado para exploração irracional das madeiras nobres, das atividades de mineração a céu aberto e da construção de pistas clandestinas para operações não oficiais.

O inventário de emissões de gases-estufa do Brasil revela o desmatamento e a atividade agropecuária como os principais responsáveis pela emissão de uma quantidade considerável de poluentes que provocam o aquecimento anormal da atmosfera. De acordo com Marengo (2006, p. 65), o Brasil respondia por 3% de todas as emissões de gases-estufa no mundo no início do século XXI. Em 2016, já é o sexto país com mais emissões (WRI BRASIL, 2019). A ação do homem como agente modificador do clima, pode ser percebida, portanto, na variação de gás carbônico e de ozônio presentes na atmosfera (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007, p. 198), cujos efeitos são desproporcionais sobre os indivíduos, especialmente, os mais vulneráveis.

Diante disso, nosso propósito é analisar a produção jornalística do portal **G1 Roraima**, intitulada **RR registra maior estiagem em 17 anos, conforme dados da Defesa Civil**, a respeito da relação entre a falta de chuva na região e as contribuições do desmatamento e da queimada para a escassez de água a ser ofertada. Pressupostos do jornalismo ambiental e de mudanças climáticas contribuem nas discussões sobre os impactos à população, aos sujeitos e às comunidades vulneráveis. O problema da pesquisa Planejamento e produção de manual de cobertura jornalística de mudanças climáticas em Roraima (2019-2021) do PIBIC/UFRR, cujos resultados parciais sobre queimadas apresentamos aqui, envolve o tratamento de impactos e soluções contra vulnerabilidades climáticas por parte de jornalistas que cobrem meio ambiente.

VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS EM COBERTURAS AMBIENTAIS

As mudanças climáticas já estão presentes no cotidiano do cidadão, atingindo pessoas de diferentes idades e classes sociais por todo o planeta. As atividades humanas degradantes na natureza têm uma larga gama de efeitos agravados com o passar das

décadas. As mudanças decorrentes dessas atividades provocam a degradação da capacidade produtiva dos meios devido à degeneração do solo, poluição da água e perda de recursos bióticos, tais como populações comercialmente valiosas de árvores e peixes (FEARNSIDE, 2003, p. 1), afetando de forma desproporcional sujeitos e comunidades vulneráveis. Este fenômeno refere-se às variações globais e regionais do clima ao longo do tempo em relação às médias históricas de temperatura, umidade, pressão, entre outros elementos permanentes (CAVALCANTI, 2009, p. 15), fundamentais para a qualidade de vida de seres humanos e não humanos.

À vista disso, os impactos dos episódios não poupam nenhuma região do globo ou cidadãos da Terra, a exemplo das consequências na região amazônica, em comunidades indígenas, ribeirinhos e cidadãos mais pobres de áreas urbanas. Por isso, faz-se necessário mencionar as modificações na vegetação da floresta, ocasionadas pelo desmatamento e pelas mudanças climáticas, atuando como uma sinergia capaz de levar a alterações locais e regionais no clima (SALAZAR in BUENAFUENTE, 2010, p. 23), pois causam impactos incalculáveis às populações mais pobres do globo. Exemplo disso são as frentes frias facilmente identificadas por satélites, afetando o tempo sobre a América do Sul, durante todo o ano. Não muito raro, alcançam, inclusive, a Amazônia (CAVALCANTI, 2009, p. 135), mais especificamente a região sul do Norte do país, a qual, na maior parcela do ano, possui temperaturas elevadas. Logo, com as alterações climáticas, devemos prever grandes modificações na distribuição de biomas, com graves consequências na preservação do ecossistema da região (SALAZAR in BUENAFUENTE, 2010, p. 21), aumento da temperatura no verão, diminuição da água no solo, levando a savanização, conforme indica o IPCC, com extinção de igarapés e lagos (GOMES in BUENAFUENTE, 2010, p. 113), fontes de subsistência de ribeirinhos, comunidades tradicionais e indígenas.

As mudanças climáticas e suas consequências provocam crises humanas de saúde pública, desocupação agrícola e de moradia, por exemplo, além de crises ambientais nos ecossistemas e na biodiversidade, em um conjunto policrísico, expressão emblemática nos pressupostos de Anne Kern e Edgar Morin (2003). Nesta perspectiva, a temática ecológica requer o olhar de várias competências fundamentais para composição do conteúdo jornalístico, negando a sua redução a apenas abordagens técnicas ou científicas, mesmo sendo essencial qualificá-las (BUENO, 2009, p. 115). O

jornalismo ambiental deve contemplar a temática em sua perspectiva mais abrangente (BUENO, 2009, p. 122), isso inclui o zelo pelo relato e o protagonismo de fontes não oficiais tanto quanto das fontes oficiais ou especializadas. A redução da cobertura ambiental apenas a um olhar econômico ou político, por exemplo, compromete a avaliação da crise (BUENO, 2009, p. 120), uma vez que é necessário praticar um conceito de meio ambiente incapaz de ignorar a relação de interesses sociais. A pauta deve estar contextualizada e referir-se às verdadeiras causas da degradação ambiental, como colocar em foco, de maneira ativa, agentes ativos ou passivos aos acontecimentos. Diante do exposto,

É fundamental defender a ampliação do protagonismo no jornalismo ambiental, convocando, obrigatoriamente, os que estão fora dos muros da Academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão de rua, etc., para participar do debate da temática ambiental (BUENO, 2009, p. 121).

É importante abarcar na cobertura jornalística de mudanças climáticas, sujeitos atingidos pelo problema de forma que possibilite a amplitude de tratamento capaz de considerar vulnerabilidades e soluções. Deste modo, as reportagens a partir de uma temática humanizada são importantes instrumentos de orientação. Almeida (2017, p. 135) ressalta que a reportagem é a forma como lidamos com a investigação e a interpretação dos fatos colhidos e analisados, contextualizando as ideias de forma aprofundada e muitas vezes sistêmica, articulando as problemáticas de queimadas e desmatamento em contextos vizinhos ou não. Reconhecer os fatos ambientais dentro de um sistema implica em considerar a realidade e o contexto de diferentes sujeitos, os fatores motivadores, os impactos na natureza, na comunidade e na sociedade, e as saídas para as crises sociais, econômicas, políticas e ambientais. Conforme cita Wilson Bueno (2009), a produção de um material jornalístico relacionado a questões ambientais parte da apuração de causas e consequências, propondo por fim soluções. A cobertura ambiental de mudanças climáticas deve operar por meio da objetificação da análise dos propósitos de detecção de dados, atribuição de causas e balanço de evidências, práticas adequadas ao processo de apuração e edição de uma reportagem (ALMEIDA, 2017, p. 133). De acordo com Almeida (2018, p. 21-22), a primeira fase lida com dados

climáticos não aleatórios. A segunda é a capacidade de angular um conjunto de causas e a última trata dos efeitos dos fenômenos.

É necessário, inclusive, problematizar os aspectos temporais dos acontecimentos no jornalismo de mudanças climáticas porque eles podem incluir situações do presente, passado e futuro (ALMEIDA, 2018, p. 81), pois as marcações de tempo atual oferecem um quadro provisório no que tange à cobertura ambiental e científica (ALMEIDA, 2018, p. 97), oferecendo uma perspectiva insatisfatória acerca dos efeitos a curto, médio e longo prazo. O objetivo é identificar se a atualidade é presentificada ou alargada a um passado recente, remoto e a perspectivas futuras na cobertura de meio ambiente e sociedade. Almeida (2018) concorda com Luiz Beltrão (1976) acerca do jornalismo interpretativo capaz de operar como base da informação e interpretação da atualidade, relacionando os fatos, esclarecendo as ocorrências e investigando suas causas e origens (ALMEIDA, 2017, p. 145). Assim, a ferramenta pode ser utilizada pelo jornalista para oferecer um panorama completo e legítimo sobre os fatos e os contextos reportados. Além disso, o jornalismo ambiental não pode ser estritamente científico, restrito apenas a fontes científicas e especializadas, sem ligação ao jornalismo interpretativo responsável por atenuar lacunas no confronto de causas e efeitos, circunstâncias e dados, ou apenas factual incapaz de reconhecer o cotidiano dos sujeitos envolvidos (ALMEIDA, 2017, p. 150). A discussão sobre as comunidades e os sujeitos mais vulneráveis às ocorrências reconhece importantes personagens vítimas no oferecimento do mais fiel retrato dos fatores, consequências e soluções de problemas globais e regionais.

Dentro desta perspectiva de sobrevivência ao contexto de mudanças, às quais se submetem humanos e não humanos, torna-se essencial abranger todos os indivíduos e seres afetados por elas, sobretudo os mais pobres, visto que ainda são os atores mais prejudicados. Nos termos de Almeida (2017, p. 68), todos nós somos protagonistas e vítimas das crises ambientais e climáticas. Oferecer destaque aos personagens dessa trama durante a construção de uma matéria faz parte do fazer jornalístico aprofundado. Deste modo, o real significado de uma cobertura jornalística ambiental é fornecer panoramas e perspectivas para a compreensão do receptor da mensagem. Segundo Almeida (2018, p.17-18),

[...] a cobertura de mudanças climáticas precisa se enredar nas narrativas subjetivas além do tratamento objetivo a partir do confronto

entre a adaptação excludente dos pobres e a mitigação possível de incluir os menos favorecidos economicamente por meio de projetos comunitários sustentáveis. O tempo atual e vindouro do aquecimento global deve ser visto como o momento da cidadania ambiental.

Para isso, o jornalismo opera como importante instrumento de inclusão deste público em ações que fomentem o diálogo e tomada de decisões engajadas na melhoria de vida dos indivíduos mais vulneráveis. Mesmo sem mencionar dados estatísticos, as testemunhas e vítimas de eventos climáticos podem auxiliar em contextos e perspectivas temporais (ALMEIDA, 2018, p. 22), pois oferecem uma gama de informações relevantes na construção de um conteúdo jornalístico. Assim, a cobertura jornalística deve balancear fontes e não hierarquizar-las, conforme aponta Adriano Duarte Rodrigues (2001) ao desenvolver seu método de pragmática do discurso jornalístico.

Adriano Duarte Rodrigues (2001) defende o método de pragmática do discurso jornalístico a partir do qual os relatos no jornalismo são considerados ininterruptos, não hierárquicos e combinatórios de múltiplas perspectivas. Segundo Rodrigues (in MOUILLAUD; PORTO, 2002, p. 217-218), o discurso midiático flui de maneira constante e ininterrupta, dando credibilidade à narração dos fatos independente do lugar de fala do enunciador. Apesar de o teórico atribuir esses aspectos ao uso predominante da terceira pessoa, ou seja, dos entrevistados nas narrativas jornalísticas, ele também aponta que seus discursos escondem os processos de gestação. O método também reconhece as perspectivas ou os pontos de vista a partir dos quais se fundam os discursos. Eles “passam a equivaler-se, se os considerarmos como lances estratégicos de legitimação. Já não podemos, por conseguinte, hierarquizar-los em torno de uma perspectiva dominante sem incorrerem no risco de aceitar como indiscutível a sua dominação” (RODRIGUES, 2001, p.19). Desta forma, os discursos de jornalistas na própria cobertura não minimizam as perspectivas dos sujeitos entrevistados. Com isso, Rodrigues (2001, p. 20) destaca a natureza serial e transitiva da combinatória dos discursos. “É transitiva, na medida em que a posição do próprio sujeito é reflexo de uma palavra outra que o constitui como instância legítima de enunciação”. Aplicaremos essas assertivas sobre o método na análise dos discursos ininterruptos a respeito de vulnerabilidades aos efeitos do desmatamento e das mudanças climáticas em Roraima.

O DESMATAMENTO EM WEBREPORTAGEM DO G1 RORAIMA

A webreportagem **RR registra maior estiagem em 17 anos, conforme dados da Defesa Civil**, de 07 de outubro de 2015, expôs a falta de chuva em Roraima, apresentando a preocupação de autoridades estaduais com a baixa precipitação daquele ano. Segundo o portal de notícias, o período em questão superou a estiagem registrada em 1998, quando o estado registrou um dos maiores incêndios florestais da região. A matéria jornalística é dividida em cinco parágrafos, com declarações apenas de uma fonte oficial ligada ao Poder Executivo do Estado. O material foi publicado no **G1 Roraima**, portal no qual os usuários obtêm informações de distintas editorias como economia, saúde e política, sob coordenação da equipe de jornalismo da Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo.

Após apresentação do título e retranscrição da matéria, a webmatéria se inicia com a informação de que o forte calor, aliado à falta de chuva, despertou preocupação em autoridades locais, especialmente, por parte da Defesa Civil. Segundo o **G1 Roraima**, o secretário executivo do órgão de proteção, coronel Cleudiomar Ferreira, apontou que a estiagem registrada em 2015 superou a escassez pluviométrica de 1998, ano em que foi registrado o chamado grande incêndio de Roraima. Apesar de apresentar a comparação do período de 2015 e 1998, o portal não apresenta dados essenciais na interpretação da análise climática presente no jornalismo, nos termos de Almeida (2017), como o tamanho da área atingida com a ocorrência em questão ou a previsão da amplitude da emissão de gases de efeito estufa lançados na atmosfera devido ao incêndio registrado.

A falta de detecção de dados compromete a comprovação da forte estiagem que, de acordo com o mesmo portal, e corroborado pelo representante da Defesa Civil do Estado, superou o momento crítico do final da década de 1990. Reduzir a cobertura apenas ao relato de uma fonte oficial, todavia, não é suficiente para este fim. A informação trazida por uma fonte oficial é de importante relevância, entretanto, a não divulgação de dados a serem usados como ferramentas de contestação e comprovação das informações se torna uma lacuna no contexto em questão. Até este ponto do texto, a matéria jornalística citada busca estabelecer relações de causa e consequência. Com isso, o portal exhibe que a situação de forte calor e a falta de chuva resultou em aflições por parte de autoridades responsáveis pelo cuidado civil, desta forma, tem-se uma característica do jornalismo interpretativo, pois a informação trazida aos leitores vai ao encontro do que preconiza Luiz Beltrão (1976, p. 54), a respeito de ligar fatos a

explicações próprias no jornalismo interpretativo. Conforme pontua Beltrão (1976), o jornalismo interpretativo depende de etapas de identificação do objeto e de documentação das suas ocorrências. Logo, a publicidade da informação está relacionada ao empenho para reportá-la, pois, neste caso, o fenômeno pode ter relação direta com o aquecimento global, por isso, requer atenção, visto que o planeta tem ficado mais seco, conforme estudos sobre uma diminuição drástica de chuvas na Amazônia (TERRA, QUE TEMPO É ESSE, 2010), também divulgados pelo portal **G1 Roraima**, em 2015.

O portal tenta estabelecer relações de causa e efeito, deixa de aprofundar o assunto, ao passo que não aponta consequências ou compara efeitos em distintos contextos, tampouco as reações de recuperação da natureza, conforme Almeida (2017, p.129) se refere ao balanço de evidências. Diante do exposto, a mera citação do grande incêndio amazônico, sem aprofundamento do assunto, contraria as bases do jornalismo interpretativo, pois transforma um evento complexo em circunstância simplista, de acordo com as discussões de Michael Schudson (2010, p. 174). O tratamento do desastre de 1998 não possui essa característica de dimensão de alcance dos efeitos dentro de uma panorama de fatores causais e consequências, apesar dos graves danos ao ecossistema roraimense e ao cidadão.

No final do primeiro parágrafo, o portal destaca que “a previsão de chuva para o estado é para o último trimestre do ano” (G1 RORAIMA, 2015). Não aponta, contudo, soluções para a problemática, assim como não expõe dados acerca de perspectivas futuras, tampouco as consequências aos cidadãos, inclusive aos sujeitos e comunidades mais vulneráveis, em discordância com pressupostos de Almeida (2017) e Wilson Bueno (2009). A testemunha do fato é uma importante fonte de informação, sendo afetada pela seca, podendo ilustrar o caso de vários outros sujeitos que enfrentam a mesma adversidade. A utilização de fontes não oficiais é relevante não apenas para fins de humanização do material proposto, mas também para reivindicações da tomada de decisões por parte do poder público e sociedade em geral, dada a necessidade de amparo a esses indivíduos. No entanto, com frequência, o jornalista deixa de fazê-lo devido a interesses no enquadramento dos meios de comunicação e às rotinas jornalísticas. A matéria jornalística aqui analisada destaca dados emitidos pela fonte oficial, sem menção aos sujeitos vulneráveis à seca, bem como os problemas decorrentes disso na vida dos mais afetados, sendo demarcada pela hierarquização de fontes e discursos no

jornalismo citada por Adriano Duarte Rodrigues (2001). Essa precarização se torna ainda mais notória no parágrafo posterior.

No segundo parágrafo do texto, o portal **G1 Roraima** atribui ao secretário executivo da Defesa Civil a informação de que “em 2015 a precipitação ocorreu abaixo do normal e entre os fatores que contribuem para a estiagem é o fenômeno climático El Niño” (G1 RORAIMA, 2015), apontando, então, o El Niño enquanto causa e detentor da intensidade das consequências das mudanças climáticas. Vale ressaltar que o fenômeno é caracterizado pelo aquecimento das águas superficiais do oceano Pacífico Tropical e do Leste (MARENGO, 2006, p. 30). O portal, novamente, deixa de expor dados sobre as informações capazes de comprovar a informação de precipitação abaixo do normal naquele ano, inclusive, a relação direta do fenômeno com a intensa estiagem tornada pública pelo veículo de comunicação. Este ponto do texto, embora aponte causas e consequências, carece de exposições responsáveis pela explicação da frequência e intensidade do fenômeno, de forma que não reduza a temática a uma abordagem superficial nos termos de Beltrão (1976) e Almeida (2017). Cavalcanti (2009, p.354) expressa a complexidade do El niño:

[...] preliminarmente, a principal fonte de variabilidade climática interanual global é o fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS), uma oscilação acoplada do oceano atmosfera, que produz alterações na Temperatura da Superfície Mar (TSM), na pressão, no vento e na convecção tropical, principalmente no oceano Pacífico, mas com reflexos em muitos lugares do planeta, incluindo o Brasil. As fases opostas dessa oscilação são denominadas episódios El Niño (EM) e La Niña (LN).

Durante o El niño, o oceano Pacífico Equatorial Central e Leste fica mais quente, provocando o aumento da convecção atmosférica nessas regiões, ao passo que ocorre o esfriamento das águas no Pacífico Oeste, onde a precipitação e a convecção diminuem, juntamente com os subtropicais ao Norte e ao Sul (CAVALCANTI, 2009, p. 354), influenciando o período seco em Roraima, contribuindo com incêndios no Estado, como o de 1998. O jornalista ou o portal poderia oferecer esse contexto na matéria jornalística de uma forma mais clara, corroborando na explanação do El Niño como potencial agente causador do episódio e de impactos às comunidades e aos sujeitos mais vulneráveis às alterações no clima.

O portal complementa, por meio de uma citação direta do representante da Defesa Civil, que o El Niño “agrava o período seco, mas o desmatamento está como o grande responsável por esse período prolongado de estiagem em Roraima” (G1 RORAIMA, 2015). Confirma, assim, uma relação de causas e consequências humanas da falta de chuvas na cobertura de danos, premissa fundamental nos termos de Almeida (2017). Deixa de mencionar soluções para as adversidades, ao passo que não aprofunda as informações reportadas, em contrariedade com as proposições do jornalismo interpretativo. Além disso, não confronta ou mobiliza discursos balanceados, aplicação fundamental à prática jornalística, conforme Rodrigues (2001). Ainda, não traz à discussão uma fonte especializada capaz de ratificar as informações prestadas, e fontes não oficiais testemunhas e vítimas dos fatos, precarizando a cobertura ao se furtar de aprofundar os impactos do fenômeno El Niño na natureza e em indivíduos vulneráveis, sobretudo em relação aos mais pobres, apesar de se aproximar de uma cobertura de fatores das mudanças climáticas. As explicações das consequências são expostas no parágrafo posterior, quando o portal **G1 Roraima** imputa ao representante da Defesa Civil a elucidação do cenário em questão:

[...] De acordo com o coronel, os produtores agrícolas desmatam grandes áreas para fazer as roças de subsistência, e isso afeta diretamente os igarapés e outras fontes hídricas. Outro problema citado, são as queimadas em áreas de encostas de serras. “À medida que o fogo sobe nas áreas serranas, é muito difícil combater”, declarou (G1 RORAIMA, 2015).

No entanto, o portal não aponta possíveis soluções para o problema diante dos agravantes e os efeitos dos fatos. Nos termos de Adriano Duarte Rodrigues (2001, p. 19), o valor informativo deveria convergir para as mudanças coletivas, pois o interesse depende não só dos posicionamentos gerados e previsão de lances futuros, assim como das perspectivas em relação às estratégias escolhidas, práticas adequadas à cobertura feita pelo portal de notícias.

No quarto parágrafo da webreportagem, as exposições do coronel Cleudiomar Ferreira prosseguem. Segundo o portal de notícias, “apesar do desmatamento para o plantio, o secretário reconhece que a produção agrícola é necessária” (G1 RORAIMA, 2015). Este ponto da matéria jornalística demonstra uma policrise, não apenas ambiental, mas também permeada por instabilidades econômicas e sociais

caracterizadoras de causas e efeitos do evento. Segundo Kern e Morin (2003, p. 93-94), há inter-retro-ações entre os diferentes problemas considerados como um conjunto policrísico envolvendo generalização de incertezas, perigos e oportunidades, arrancados de sua autarquia e de seu estado estacionário ou capazes de acelerar vertiginosamente seu movimento. Diante do exposto pelo secretário, a solução para o problema é apontada com um alerta aos produtores rurais, “para que os desmatamentos sejam realizados com a devida autorização dos órgãos fiscalizadores” (G1 RORAIMA, 2015). Não há, contudo, o aprofundamento de como será feita a fiscalização pelo órgão responsável a fim de garantir o cumprimento da legislação. Esse discurso requer atenção para não ocultarmos as reais causas de uma crise ecológica, classificando-a como desastre “natural”, nos termos de Leff (2009, p. 249). Os impactos na redução das vazões não se restringem apenas aos aspectos biológicos ou econômicos, devem ser levados em consideração outros fatores capazes de afetar a vida do cidadão. Em razão disso, o jornalismo ambiental deve contemplar a temática em sua perspectiva mais abrangente (BUENO, 2009, p. 122), enumerando as diversas causas e consequências da degradação ambiental.

Por fim, a apresentação de dados ocorre no último parágrafo, quando o portal faz um comparativo dos meses anteriores com relação à quantidade de chuva. Conforme o portal de notícias, “em agosto e setembro deste ano [2015] choveu 25 milímetros, quando o normal seria 100 milímetros” (G1 RORAIMA, 2015). A matéria jornalística é finalizada com a explicação do representante da Defesa Civil de que “ainda que a previsão de chuva para o trimestre que inclui outubro, novembro e dezembro é de chuvas abaixo da normal” (G1 RORAIMA, 2015), mas sem apresentação de gráficos e imagens capazes de facilitar a compreensão do leitor. Além disso, não enumera causas, não distingue se o evento trata-se de uma variação natural ou mudança climática antropogênica, ou seja, provocada ou intensificada pelo homem, e não aponta consequências ambientais, políticas, econômicas ou sociais, comprometendo a cobertura dos fatos. A webreportagem também não menciona os sujeitos e comunidades mais vulneráveis ao desmatamento ou às queimadas devido à proximidade das moradias em relação às áreas devastadas.

Dentro desta perspectiva de frágil sobrevivência, é primordial inserir todos os afetados pelas mudanças climáticas, sobretudo, os atores mais prejudicados, apesar de

todos nós, segundo Almeida (2017, p. 68), sermos protagonistas e vítimas das crises ambientais. Deste modo, o real significado de uma cobertura jornalística ambiental é fornecer panoramas e perspectivas para a compreensão do receptor da mensagem. Segundo Adriano Duarte Rodrigues (2001), diante das diferentes fontes jornalísticas, sejam elas oficiais, especializadas ou não oficiais, devemos nos ater ao balanceamento e não às hierarquizações discursivas, provendo o jornalismo de equivalência dos pontos de vista através dos quais se fundam os discursos estratégicos para fins de validação (RODRIGUES, 2001, p. 19). O autor ao defender o método de pragmática do discurso jornalístico, complementa a respeito dos campos sociais de interesse do campo comunicacional, expondo que

Já não podemos, por conseguinte, hierarquizá-los em torno de uma perspectiva dominante sem incorreremos no risco de aceitar como indiscutível a sua dominação. É este o sentido da transdisciplinaridade, como maneira de dar conta da multiplicidade de arranjos discursivos ou de combinatórias, de efeitos de sentido, de regimes figurativos e aleatórios que proliferam no mundo atual (RODRIGUES, 2001, p. 19).

As abordagens, portanto, não podem excluir os atores envolvidos, sejam eles causadores ou afetados por elas. Precisamos ser parte interessada na preservação e conservação da natureza e do meio ambiente ou as nossas atitudes serão a do dominador, do consumidor ou de explorador dos recursos naturais (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 11). Devemos sempre nos lembrar que a degradação ambiental afeta especialmente os mais necessitados (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 38), por isso, é preciso ouvir tanto o protesto da terra, quanto o clamor dos pobres (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 39). A preocupação com os mais pobres pregada pelo Papa Francisco, todavia, não anula a atenção necessária aos seres não humanos e aos ecossistemas, os quais também são afetados pela ocorrência, entretanto, nada disso é mencionado na matéria jornalística analisada. Igualmente aos seres humanos, os animais merecem atenção. Para a filósofa Val Plumwood (2002, p. 117-118), deve-se contrariar a validação e percepção ecológica de centralidade do ser humano, visto que a problemática ambiental é um problema sério também para seres da fauna e da flora. Devemos alcançar a solidariedade com o outro, no entanto, ela não pode ser compreendida como processo de superação ou eliminação de diferenças (PLUMWOOD, 2002, p. 200). Homens, animais e ecossistemas sofrem de modo

diferente as consequências do aquecimento global, mas todos têm direitos a um meio ambiente preservado. Os meios de comunicação são importantes instrumentos para este fim, pois são fundamentais fontes de transmissão de mensagens de preservação ecológica.

Esse mesmo cuidado às comunidades indígenas e aos ribeirinhos não é observado na matéria jornalística analisada. Eles são fontes importantes na construção jornalística da mesma forma que são impactados pela seca do principal rio do estado. Isso lembra os pressupostos do teólogo brasileiro Leonardo Boff (2015), para quem a harmonia entre os povos originários, tradicionais e a natureza inclui a qualidade de vida. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontam riscos para a saúde, os meios de subsistência, a segurança alimentar, o abastecimento de água, a segurança humana e o crescimento econômico. Projeta-se também ameaças causadas pelo aquecimento global a populações desfavorecidas e vulneráveis, como povos indígenas e comunidades agrícolas, a exemplo do aumento da pobreza e das consequências para a saúde humana, devido a ondas de calor e doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue (IPCC, 2019, p. 12). As pessoas marginalizadas não apenas socialmente, como culturalmente e politicamente, estão de fato mais vulneráveis às alterações climáticas (IPCC, 201-, p. 6).

A delimitação de uma cobertura ambiental incapaz de incorporar todos os seres afetados, portanto, incorre no erro de uma abordagem que descarta sujeitos importantes na construção de uma narrativa jornalística justa, ampla e aprofundada, contrariando as perspectivas do jornalismo interpretativo, bem como o método de pragmática do discurso jornalístico, tendo em vista que os relatos no jornalismo são considerados ininterruptos, não hierárquicos e combinatórios, como cita Rodrigues (2001). É importante, desta forma, trabalhar o conteúdo jornalístico responsável pela cidadania climática e ecológica de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos das mudanças climáticas alcançam vasta parcela da população, em todo o território roraimense, portanto, evidenciando que todos os sujeitos podem contribuir na composição do material reportado. A webreportagem deixa de aprofundar as consequências das ocorrências climáticas em sujeitos e comunidades testemunhas e

vulneráveis ao desmatamento, como o caso dos mais pobres, além de não mencionar os impactos sobre o ecossistema e os seres não humanos. A atenção dada à fonte oficial do governo estadual é importante para a formação da cobertura jornalística de mudanças climáticas ou de danos ambientais, no entanto, não anula a mesma relevância da angulação de fontes especializadas e não oficiais, como os povos indígenas e comunidades ribeirinhas de Roraima.

Embora a matéria jornalística citada registre a policrise e tente ligar fatos a explicações, conforme os preceitos do jornalismo interpretativo, deixa de aprofundar o assunto em questão, tanto no oferecimento de dados, quanto na elucidação de causas, consequências e soluções do fato narrado. Desta forma, o portal não balanceia ou combina os discursos de fontes oficiais, especializadas e não oficiais, precarizando a detecção, atribuição e balanço de evidências das consequências do desmatamento. Todos os envolvidos como testemunhas, vítimas ou avaliadores são atores importantes para a construção do conteúdo jornalístico e aprofundamento do material veiculado.

Matéria jornalística do portal, de janeiro de 2021, sobre controle do desmatamento (OLIVEIRA, 2021) demonstra a persistência da cobertura em limitar-se a dados oficiais e discursos de especialistas. Deste modo, o propósito deste artigo também é legitimar novos pressupostos do jornalismo ambiental e de mudanças climáticas capazes de sugerir um tratamento mais amplo, diverso e aprofundado de fontes e discursos acerca dos efeitos e das soluções do problema. A pesquisa na área como a nossa, segue indicando caminhos para reduzir, minimizar e impedir as vulnerabilidades climáticas a curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Simão Farias. **Representações do tempo no jornalismo de mudanças climáticas e danos ambientais**. João Pessoa: Ideia, 2018.
- ALMEIDA, Simão Farias. **Ecocrítica da cartografia metafórico-interpretativa na não ficção de mudanças climáticas, clima e danos ambientais**. João Pessoa: Ideia, 2017.
- AMBIENTAL MEDIA. **Cortina de fumaça**. Disponível em: <<http://cortinadefumaca.ambiental.media/>>. Acesso em: 26 mai. 2021.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco et al. **Amazônia: dinâmica do carbono e impactos socioeconômicos e ambientais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

- BUENO, Wilson da Costa. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**. São Paulo. Ano 13 n.13, jan/dez., 2009, p. 113- 126.
- CAVALCANTI, Iracema F. A. **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.
- G1 RORAIMA. **RR registra maior estiagem em 17 anos, conforme dados da Defesa Civil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/rr-registra-maior-estiagem-em-17-anos-conforme-dados-da-defesa-civil.html>>. Acesso em: 11 out. 2020.
- GOMES, N. A. Mudanças climáticas: impactos ambientais nos recursos hídricos da Amazônia, decorrentes de seus usos múltiplos. In: BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco et al. **Amazônia: dinâmica do carbono e impactos socioeconômicos e ambientais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. p. 105 - 125.
- INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change. **Aquecimento Global de 1,5°C**. [S.l.]: MCTIC, 2019.
- INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change. **Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade**. Lisboa: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P, [201-].
- KERN, Anne Brigitte; MORIN, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARENGO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**. Brasília: MMA, 2006.
- MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. **Climatologia: noções básicas e climas no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- OLIVEIRA, Suzanne. **Rorainópolis, em RR, entra na lista de municípios com prioridade no controle ao desmatamento na Amazônia**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/01/13/rorainopolis-em-rr-entra-na-lista-de-municipios-com-prioridade-no-controle-ao-desmatamento-na-amazonia.ghtml>>. Acesso em 26 mai. 2021.
- PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: LibreriaEditrice Vaticana, 2015.
- PLUMWOOD, Val. **Environmental Culture: the ecological crisis of reason**. New York: Routledge, 2002.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 217-233.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas da sociabilidade**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- SALAZAR, L. F. Desmatamento, mudanças climáticas e a hipótese de “savanização” da Amazônia. In: BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco et al. **Amazônia: dinâmica do carbono e impactos socioeconômicos e ambientais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. p. 17 - 26.
- TERRA, QUE TEMPO É ESSE. Produção de Renata Chiara. Rio de Janeiro: TV Globo, 2010. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCQvfKABQbmr6BHPz2QxTwA>>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- WRI BRASIL. **Os países que mais emitiram gases de efeito estufa nos últimos 165 anos**. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/ranking-paises-que-mais-emitem-carbono-gases-de-efeito-estufa-aquecimento-global>>. Acesso em: 26 mai. 2021.